

Regina foi fundadora do PSDB no Distrito Federal

César Felício

De São Paulo

O perfil da ex-diretora do Prodasen Regina Célia Borges traçado por colegas de trabalho e parlamentares que conviveram com a funcionária é um dos itens que mais complicarão a defesa dos senadores José Roberto Arruda (PSDB-DF) e Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). Regina confessou ter violado o sigilo da cassação do ex-senador Luiz Estêvão a pedido do primeiro, com o conhecimento do segundo.

Regina não tinha nenhum motivo político para participar de uma conspiração contra os dois parlamentares. Pelo contrário: fundadora do PSDB em Brasília, coordenou a campanha de Maria de Lourdes Abadia (PSDB) ao governo do Distrito Federal em 1994 e colaborou para a entrada de Arruda no partido em 1996.

ACM foi o responsável pela sua nomeação para a direção do Prodasen, de onde foi afastada quando Jader Barbalho (PMDB-PA) assumiu a presidência do Senado. Por motivos pessoais, dificilmente se arriscaria a confessar um crime que não teria cometido: tendo entrado por concurso no Senado há 30 anos, faltavam apenas seis meses para passar a gozar de generosa aposentadoria. Agora corre o risco de ser demitida a bem do serviço público.

Nas três décadas de Congresso, construiu uma imagem de correção, destacada ontem no plenário pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP) e admitida pelo próprio Arruda. Foi atuante nas CPIs de PC Farias e dos anões do Orçamento. Se a sua ligação com Arruda é político-partidária, com ACM é apenas profissional: não é verdade que Regina tenha parentesco com o governador baiano,

o pefelista César Borges. A ligação familiar era de seu primeiro marido, de quem se separou ainda na década de 80.

Interlocutores de Regina admitem que a funcionária de fato teria quebrado o sigilo a pedido de Arruda, mas duvidam que o líder do governo o tenha feito a pedido de ACM. Apostam que o senador brasileiro teria usado o nome do então presidente do Senado para constranger Regina, e entregado a lista ao baiano para se valorizar politicamente. O supostotelefonema de agradecimento que ACM teria dado seria uma forma do pefelista checar o caminho percorrido por Arruda e demonstrar autoridade.

Criado em 1973, o Prodasen é definido pelo ex-deputado Sigmaringa Seixas (PT-DF), integrantes das CPIs em que Regina atuou, como uma espécie de "pulmão" do Senado. A rápida

recuperação das informações sobre os milhares de projetos em tramitação nas casas, o cruzamento de dados obtidos pela quebra de sigilos em CPIs, o histórico de cada votação do Congresso seria impossível sem o órgão. Na gestão de Regina, o Prodasen investiu no atendimento ao público externo, colaborando para a estruturação do sistema Interlegis, que tornou os dados do Congresso acessíveis ao País.

Na década de 70, o ex-ministro Eduardo Jorge foi um dos principais divulgadores das virtudes do Prodasen junto a parlamentares. Em 1978 ele montou no órgão um sistema de acompanhamento da totalização de votos nas eleições daquele ano mais ágil do que o da Justiça Eleitoral. Com isso, impressionava os congressistas ao fornecer, com antecedência e precisão, o resultado eleitoral de cada Estado.